



Vamos por partes!

*Benício Schmidt**

Estamos às vésperas de grandes desfechos. A cassação do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef parecem iminentes. Entre agosto e o início de setembro o quadro político-institucional estará consolidado, com novos ou os atuais mandatários interinos.

Logo após, neste conturbado 2016, haverá as eleições municipais (prefeitos e vereadores), que terão importância fundamental no redesenho do poder no país. Dos 5.568 municípios, entre 15% e 20% (835 e 1.113) deverão ser comandados por partidos de esquerda, a partir do PT, PDT, PC do B e PSOL. Pode-se calcular que essa margem deverá ficar sob o comando de partidos médios e pequenos. A maior fatia (60% a 70%) deverá permanecer na órbita dos grandes partidos - PMDB, PSDB, PSD, DEM, PSB - que deverão rumar na direção de 2018 com uma base política bem arrumada. Serão eleições atípicas na recente história política brasileira : vetadas doações de pessoas jurídicas, curtíssimo período de campanha, gasto com publicidade limitados pelas variáveis demográficas, etc. Tentativa de evitar-se o Caixa Dois e a formação de cartéis para lavagem de dinheiro por meio de campanhas.

Na verdade, hipóteses a serem conferidas e confirmadas; com provavelmente falta de êxito e massivas “impugnações” de candidaturas vitoriosas, por parte dos derrotados, e que levarão a longos períodos de impasses, com os Tribunais Regionais Eleitorais e o próprio Tribunal Superior Eleitoral, agora sob a presidência do Ministro Gilmar Mendes (STF), tendo que se manifestar, permitindo adiamento de posses e promovendo – certamente – vazios de poder, impasses na gestão municipal.

Dada a crise de reputação que abala o sistema político-representativo, e especialmente o PT, os dirigentes comandados por Lula apostam que a Região Nordeste (27% do eleitorado nacional), berço do ainda resistente coronelismo e patrimonialismo clássicos; além de concentrar grandes majorias nas classes sociais de baixa renda (D e E), venha a ser a base de decolagem de um “Novo PT”, mais próximo às suas origens e desprezando alianças como as que têm feito com o PMDB, agora hegemônico no plano federal. Uma hipótese operacional, a ser testada, como base de uma estratégia de renovação partidária.

Além destes eventos, resta, sem data programada para incidir no cenário, a espada sobre a cabeça de todos os partidos, por meio dos encaminhamentos de inquéritos e pormenorizadas investigações sobre as campanhas presidenciais de 2010 e 2014,



vencidas pela dupla Dilma-Temer. Verbas aparentemente manipuladas por meio de gráficas e empresas de publicidade, dificilmente comprováveis como existentes, estão sendo detalhadas em inquéritos remetidos pelo TSE ao STF, para as devidas decisões e encaminhamentos.

Este movimento tem carga explosiva, podendo mesmo anular o último pleito presidencial e, sendo encaminhado após a posse da Ministra Carmem Lúcia (STF) pode, por falta de tempo hábil, ter validade a partir de janeiro de 2017. Haveria uma nova eleição (indireta), realizada no âmbito do Congresso Nacional, com efeitos até 2018. Não se afaste esta possibilidade, dadas as turbulências causadas pela interação entre Polícia Federal, Ministério Público, TSE e STF!

No âmbito da política econômica, na verdade, o país está praticamente paralisado. O COPOM acaba de renovar a vigência da mais alta taxa de juros do mundo (14,25% a.a.). Os aumentos ao funcionalismo, já pré-concertados pelo Governo Dilma, a renegociação das dívidas de estados e municípios, o aumento dos limites de endividamento público geral e outras medidas, têm criado um ambiente contraditório com a política anunciada de “limites dos gastos e investimentos pelo teto da inflação do ano anterior”, tal como prescrito em recente documento básico do Fundo Monetário Internacional (FMI), servindo de orientação a todos os participantes do sistema financeiro internacional. Não há originalidade, criatividade, pois é documento redigido em Washington, simbolicamente retomando estratégias monetaristas das décadas de 1970 e 1980, por parte do FMI.

Outras medidas na área econômica, iniciativas anunciadas com alarde pelos Ministros Eliseu Padilha e Henrique Meirelles, como renovação de concessões aeroportuárias, venda de ativos federais, fechamento de empresas estatais e abertura de novas frentes de expansão da atividade econômica, simplesmente não têm se realizado, nem decolado. Além dos prazos naturais de maturação, nem mesmo os programas já estabelecidos na administração-Dilma têm sido retomados com vigor e eficácia.

As razões vêm da incerteza político-institucional, da instabilidade do mercado de capitais, do fechamento de empresas em escala histórica desconhecida pelos brasileiros, do aumento do desemprego e também da insatisfatória gestão federal. Os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, mesmo sob diversas tempestades (nove ataques à moeda nacional durante os oito anos de FHC), foram estuários e repositórios de demandas de inúmeros movimentos sociais – produtos da redemocratização havida desde 1985 e reforçada pela Constituição Federal de 1988- e por isso criaram um ambiente muito favorável à participação direta de organizações formais (sindicatos, centrais sindicais, ONGs) e informais (movimentos



de opinião pontuais e focalizados), por fora e além dos muros do Congresso Nacional. Com isso, houve a renovação - de fato - da democracia política brasileira, renovando-a e criando novos mecanismos de negociação entre o Estado e os interesses populares.

É interessante notar que as mudanças havidas no Brasil, desde 1985, não foram originais, mas sim universais no âmbito de quase todos os regimes políticos, mesmo os de corte mais autoritário como os emergentes do “Socialismo Real”, liderados pela ex-União Soviética. E, em um longo período em perspectiva histórica, não haverá regresso que não seja carregado em grande coerção institucional.

O Governo Temer, a partir de uma concepção da Teoria Pura do Direito (Kelsen), combinada com conceitos econômicos ultra-ortodoxos de equilíbrio fiscal, compra um enorme conflito com estas transformações democráticas já em longo trajeto e carregando experiências criativas. A resultante já se anuncia dramática e cheia de impasses!

Por isso, deve ser conferida atenção redobrada às mudanças sutis no âmbito da gestão pública; bem como aos eventos que poderão ainda desencadear maior turbulência ao cenário de operações. Vamos por partes!

*colaborador do IAEUGT

Julho/16